



Banco Original

**Demonstrações Financeiras Preparadas de
Acordo com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil**

Conglomerado Financeiro Original S.A.

31 de Dezembro de 2013

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balances Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	11
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	11
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Consolidação	11
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 5 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	16
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	20
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	21
Nota 10 . Outros Créditos	24
Nota 11 . Outros Valores e Bens	26
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	26
Nota 13 . Imobilizado de Uso	27
Nota 14 . Intangível	27
Nota 15 . Diferido	27
Nota 16 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	27
Nota 17 . Outras Obrigações	29
Nota 18 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	30
Nota 19 . Patrimônio Líquido	31
Nota 20 . Limites Operacionais	31
Nota 21 . Partes Relacionadas	32
Nota 22 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	33
Nota 23 . Despesas de Pessoal	34
Nota 24 . Outras Despesas Administrativas	34
Nota 25 . Despesas Tributárias	34
Nota 26 . Outras Receitas Operacionais	34
Nota 27 . Outras Despesas Operacionais	35
Nota 28 . Resultado não Operacional	35
Nota 29 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	35
Nota 30 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	35
Nota 31 . Reestruturação Societária	36
Nota 32 . Outras Informações	37
Relatório do Comitê de Auditoria	38

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original S.A. (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

O Conglomerado é formado pelo Banco Original do Agronegócio do S.A. e Banco Original S.A.

Em 2013 o Conglomerado passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Conglomerado encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido iniciamos atividades no segmento Corporate ocorrido no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados extremamente satisfatórios em termos do volume da Carteira de Crédito e pela qualidade das empresas convertidas em clientes.

Em 2014 continuaremos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado neste importante nicho do mercado Brasileiro.

• Cenário Econômico**1. Contexto Macroeconômico**

O segundo semestre de 2013 registrou forte incerteza ao seu início pela dificuldade de avaliação do efeito sobre o crescimento das manifestações de rua em junho. Os indicadores no início do semestre foram realmente negativos, o que levou à queda no Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre. Apesar da queda trimestral, os indicadores mensais mostraram recuperação ao longo do tempo e permitiram que o PIB se recuperasse ao longo do semestre.

Outra característica importante foi a reversão forçada do aumento das tarifas de transporte público em um grande número de cidades. Consequentemente, a inflação recuou fortemente nestes meses, o que ajudou a restabelecer o ganho real dos salários, após o acúmulo de perdas no início do ano que tanto deprimiu o consumo.

O mercado de trabalho continuou a registrar taxas de desemprego cada vez menores, explicadas pela diminuição da expansão da população em idade de trabalhar no último ano. O reflexo do baixo desemprego foi a recuperação do crescimento dos salários nominais ao longo do semestre.

A taxa de investimento da economia recuou no terceiro trimestre, pelo recuo na construção civil, na compra de máquinas e equipamentos e por mais uma redução nos estoques. Apesar do recuo, o segundo semestre foi marcado pela sequência de leilões de concessão do investimento e exploração da infraestrutura de rodovias, aeroportos e o importante leilão do campo de petróleo na área do pré-sal na bacia de Campos.

Um evento marcante no semestre foi a desvalorização acelerada da taxa de câmbio. A incerteza iniciada ainda no primeiro semestre sobre o efeito da redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos se acentuou e o real se desvalorizou fortemente até meados de agosto. O movimento levou o Bacen a introduzir um programa de venda diária de dólar futuro (por meio de "swaps" e linhas comerciais).

O saldo comercial registrou oscilações expressivas ao longo do semestre, relacionados mais uma vez ao aumento da variação no saldo comercial de combustíveis. O investimento estrangeiro na economia diminuiu e o saldo do câmbio contratado no ano foi negativo pela primeira vez desde 2008, embora o superávit comercial tenha encerrado o ano com números melhores.

O semestre também marcou o momento em que o mercado de renda-fixa reavaliou a magnitude da elevação das taxas de juros necessária para o restabelecimento da estabilidade de preços. Como resultado, a continuação do ciclo de elevação da Selic por todo o semestre alterou significativamente as taxas de juros em todos os prazos. A elevação da taxa de juros foi acompanhada da desaceleração do crédito nos bancos públicos, ao passo que os bancos privados voltaram a expandir sua carteira de crédito na esteira do recuo contínuo da inadimplência no semestre.

Por fim, o semestre foi marcado pelo esforço de conter a aceleração moderada, porém contínua, da inflação, ao mesmo tempo em que se avançou nos leilões de concessão do investimento em infraestrutura para o setor privado. A política fiscal se tornou mais contractionista nos meses finais do ano, ao mesmo tempo em que a taxa de juros foi elevada e foi lançado o programa de venda diária de dólar futuro. O crédito bancário privado interrompeu a sua desaceleração ao passo que a balança comercial começou a mostrar reação à taxa de câmbio mais desvalorizada nos últimos dois anos.

• Desempenho nos Negócios**1. Resultados**

Em 31 de dezembro de 2013, o Conglomerado apresentou lucro no exercício de R\$66.930 mil, contra um Lucro de R\$151.298 mil apresentados no exercício de 2012, e no segundo semestre de 2013 um lucro de R\$39.775 mil.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou queda em 2013 na comparação com o mesmo período de 2012, basicamente, em função dos impactos da descontinuidade das operações de consignado em 2012.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$41.705 mil de reversão e R\$(46.108) mil no mesmo período de 2012.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$3.052.784 mil (2012 - R\$3.195.790), são representados por: R\$685.136 Aplicações Interfinanceiras, R\$902.141 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos, de R\$1.064.680 mil.

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$1.133.679 mil, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$68.999 mil, correspondente a 6,09% da carteira total, em dezembro de 2012 correspondiam a R\$902.998 mil, R\$60.278 mil, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$2.318.327 mil e em 2012 R\$2.576.634 mil.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$2.036.844 mil (Capital Social - R\$2.181.972 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$504 mil, Reservas de Lucro R\$2.302 e Prejuízos Acumulados - R\$147.934 mil), comparados a R\$1.923.686 mil (Capital Social - R\$2.098.620 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$6.718 mil, Reserva de Lucros R\$1.553 e Prejuízos Acumulados - R\$183.205 mil), apresenta evolução de 5,9%, este aumento é decorrente, principalmente, do lucro incorrido no exercício.

• Agência de Rating

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's	BR - 2	Baa2.br
Standard & Poor's	brA-3	brBBB

• Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo Bacen relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013 foi atualizado, estruturado e definido os papéis e responsabilidades individuais dos Comitês de Governança, que o Conglomerado entende como fundamental para o desempenho dos negócios, com o objetivo de estabelecer o processo de decisão institucional e agregar valor ao negócio.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo Bacen.

• Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2013, foram abertas 231 demandas (2012 - 71), todas relativas a Consignados e informadas à Alta Administração do Conglomerado, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução Bacen nº 3.849/2010.

• Reestruturação Societária

Em dezembro de 2013, o Conglomerado celebrou a venda da Matone Promotora Ltda (Promotora), devido a descontinuidade de negócio.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conglomerado (Vendedor) vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) (Comprador) e a Matone Participações S.A. (Comprador), denominados (Compradores), a rede de lojas Bem Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta. Dessa forma, o Conglomerado deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados.

- **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 31 de março de 2014.

Diretoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 31 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2013	2012
Ativo Circulante		2.469.780	2.683.224
Disponibilidades	5	23.753	1.344
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	676.665	957.867
Aplicações no Mercado Aberto		626.507	951.063
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		50.158	6.804
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	790.779	950.136
Carteira Própria		645.247	681.894
Vinculados a Compromissos de Recompra		79.629	51.236
Vinculados à Prestação de Garantias		61.068	174.992
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b	4.835	42.014
Relações Interfinanceiras	8	1.594	329
Créditos Vinculados:		387	238
Depósitos no Banco Central		387	238
Correspondentes		1.207	91
Operações de Crédito	9	794.335	625.903
Setor Privado		823.849	673.870
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(29.514)	(47.967)
Outros Créditos	10	179.166	112.127
Carteira de Câmbio		-	2.706
Rendas a Receber		196	277
Negociação e Intermediação de Valores		1.642	619
Créditos Tributários	10.a	41.693	51.184
Diversos	10.c	135.635	59.562
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	-	(2.221)
Outros Valores e Bens	11	3.488	35.518
Outros Valores e Bens		-	41.129
(Provisão para Desvalorização)		-	(15.488)
Despesas Antecipadas	11	3.488	1.877
Bens não de uso		-	8.000
Ativo Realizável a Longo Prazo		552.859	360.637
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	8.471	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		8.471	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	111.362	300
Carteira Própria		102.030	-
Vinculados à Prestação de Garantias		9.298	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		34	300
Operações de Crédito	9	270.345	216.817
Setor Privado		309.830	229.128
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(39.485)	(12.311)
Outros Créditos	10	141.117	143.520
Créditos Tributários	10.a	141.117	143.520
Outros Valores e Bens	11	21.564	-
Outros Valores e Bens		37.052	-
(Provisão para Desvalorização)		(15.488)	-
Permanente		30.145	151.929
Investimentos	12	783	142.692
Participações em Coligadas e Controladas:		179	142.088
No País	12	179	142.088
Outros Investimentos		604	604
Imobilizado de Uso	13	8.805	7.209
Outras Imobilizações de Uso		19.491	15.704
(Depreciações Acumuladas)		(10.686)	(8.495)
Ativos Intangíveis	14	20.080	-
Ativos Intangíveis		20.080	-
Diferido	15	477	2.028
Gastos de Organização e Expansão		8.382	8.382
(Amortizações Acumuladas)		(7.905)	(6.354)
Total do Ativo		3.052.784	3.195.790

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2013	2012
Passivo Circulante		682.712	931.458
Depósitos	16.a	209.749	307.260
Depósitos à Vista		18.863	10.565
Depósitos Interfinanceiros		36.642	36.458
Depósitos a Prazo		154.244	260.237
Captações no Mercado Aberto	16.b	78.829	61.649
Carteira Própria		78.829	50.647
Carteira de Terceiros		-	11.002
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	217.991	197.999
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		217.991	197.999
Relações Interdependências	16.d	21.203	421
Recursos em Trânsito de Terceiros		21.203	421
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16.e	22.407	16.225
Outras Instituições		22.407	16.225
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.278	42.019
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.278	42.019
Outras Obrigações	17	128.255	305.885
Carteira de Câmbio		77	2.674
Sociais e Estatutárias	19.c	13.782	81.453
Fiscais e Previdenciárias	17.a	30.183	71.977
Negociação e Intermediação de Valores		1.401	772
Diversas	17.b	82.812	149.009
Passivo Exigível a Longo Prazo		332.272	340.373
Depósitos	16.a	259.704	307.655
Depósitos a Prazo		259.704	307.655
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	16.258	9.730
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		16.258	9.730
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16.e	3.446	2.027
Outras Instituições		3.446	2.027
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	13
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	13
Outras Obrigações	17	52.864	20.948
Diversas	17.b	52.864	20.948
Resultados de Exercícios Futuros		956	273
Rendas Antecipadas		956	273
Patrimônio Líquido	19	2.036.844	1.923.686
Capital Social:		2.181.972	2.098.620
De Domiciliados no País	19.a	2.181.972	2.098.620
Reservas de Lucros		2.302	1.553
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	504	6.718
Prejuízos Acumulados		(147.934)	(183.205)
Total do Passivo		3.052.784	3.195.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receitas da Intermediação Financeira		199.537	400.955	831.761
Operações de Crédito	9.g	125.091	257.896	332.441
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	104.818	175.881	269.490
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	(30.771)	(33.470)	230.742
Resultado de Operações com Câmbio		399	648	(912)
Despesas da Intermediação Financeira		(58.770)	(121.493)	(206.896)
Operações de Captação no Mercado	16.a.1	(43.559)	(80.328)	(132.795)
Operações de Empréstimos e Repasses		(455)	(759)	(401)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(14.756)	(40.406)	(73.700)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		140.767	279.462	624.865
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(78.573)	(151.967)	(390.576)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	22	2.252	3.421	1.465
Despesas de Pessoal	23	(47.133)	(82.931)	(49.253)
Outras Despesas Administrativas	24	(34.981)	(74.398)	(258.824)
Despesas Tributárias	25	(6.848)	(15.487)	(34.549)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	4.902	13.329	6.388
Outras Receitas Operacionais	26	4.886	13.939	37.645
Outras Despesas Operacionais	27	(1.651)	(9.840)	(93.448)
Resultado Operacional		62.194	127.495	234.289
Resultado não Operacional	28	469	434	442
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		62.663	127.929	234.731
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	(9.089)	(24.421)	(53.751)
Provisão para Imposto de Renda		1.653	(1.196)	(27.049)
Provisão para Contribuição Social		997	(476)	(16.684)
Ativo Fiscal Diferido		(11.739)	(22.749)	(10.018)
Participações no Lucro		(13.799)	(36.578)	(29.682)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		39.775	66.930	151.298
Juros Sobre Capital Próprio		(30.450)	(26.000)	(95.826)
Lucro Líquido por Ação - em R\$637.826.073 Ações		0,0740	0,1244	0,2813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		2.098.620	-	1.553	25.640	(238.677)	1.887.136
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	-	(18.922)	-	(18.922)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	151.298	151.298
Destinações:							
Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	-	(95.826)	(95.826)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		2.098.620	-	1.553	6.718	(183.205)	1.923.686
Mutações do Exercício		-	-	-	(18.922)	55.472	36.550
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	-	12.100	12.100
Aumento de Capital em Andamento	19.a	-	12.559	-	-	(12.559)	-
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		70.793	-	-	-	-	70.793
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	-	(6.214)	-	(6.214)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	66.930	66.930
Destinações:							
Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	-	(30.450)	(30.450)
Constituição de Reserva Legal		-	-	749	-	(749)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.169.413	12.559	2.302	504	(147.934)	2.036.844
Mutações do Exercício		70.793	12.559	749	(6.214)	35.272	113.159
Saldos em 30 de Junho de 2013		2.169.413	-	1.553	3.406	(156.051)	2.018.321
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	-	12.100	12.100
Aumento de Capital em Andamento	19.a	-	12.559	-	-	(12.559)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	-	(2.902)	-	(2.902)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	39.775	39.775
Destinações:							
Constituição Reserva Legal		-	-	749	-	(749)	-
Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	-	(30.450)	(30.450)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.169.413	12.559	2.302	504	(147.934)	2.036.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2013	2012
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		39.775	66.930	151.298
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício:		33.763	92.300	98.198
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	14.756	40.406	56.356
Provisão para Outros Créditos	9.e	-	-	2.216
Reversão de Outras Provisões de Crédito		-	-	(46.150)
Constituição/(Reversão) de Provisão para Despesas Administrativas		-	-	5.191
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	12	(4.902)	(13.329)	(6.388)
Depreciações e Amortizações	24	1.761	3.742	4.153
Tributos Diferidos		11.739	22.749	10.018
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	(3.390)	2.154	44.525
Provisão de Participações no Lucro		13.799	36.578	29.682
Prejuízo na Alienação de Participação Societária		-	-	(685)
Resultado na Alienação de Bens não de Uso		-	-	(181)
Perda de Capital		-	-	66
Outros		-	-	(605)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		73.538	159.230	249.496
Variações em Ativos e Passivos				
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(495.389)	(631.924)	846.790
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(131.338)	(9.828)	298.355
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		149.010	(18.422)	1.221.156
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		20.050	19.666	210
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(200)	(149)	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(281.863)	(277.487)	277.501
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(112.679)	(65.529)	113.642
Aumento (Redução) em Depósitos		2.862	(1.611)	(32.032)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(234.796)	(245.913)	(448.321)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		53.077	17.880	(508.102)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		21.183	26.520	(169.945)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		17.127	7.600	18.252
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		1.793	(85.333)	76.198
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		385	682	(124)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(421.851)	(472.694)	1.096.286
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.040)	(3.787)	(2.265)
Aplicações no Intangível		(12.053)	(20.080)	-
Alienação de Bens não de Uso		8.732	12.077	7.553
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		135.242	135.242	21.667
Aumento de Capital Subscrito em Controlada		-	-	(53.483)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		129.881	123.452	(26.528)
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		-	(10.660)	(123.385)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(10.660)	(123.385)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(291.970)	(359.902)	946.373
Modificações na Posição Financeira:				
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	888.057	955.989	9.616
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	596.087	596.087	955.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, financiamento e investimento, de crédito rural, de crédito imobiliário, de cessão de crédito, operações compromissadas e mercado de câmbio; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito rural, de financiamento e de investimento, operações compromissadas e de câmbio, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as Normas do Conglomerado Financeiro, do Bacen, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As Demonstrações Combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2013 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro, os mesmos são controlados pela J&F Participações Ltda (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido, das entidades que compõem as Demonstrações Combinadas estão assim representados:

	Banco Original S.A		Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Total do Ativo	2.573.639	2.537.287	532.526	810.742
Total do Passivo	2.573.639	2.537.287	532.526	810.742
Total do Patrimônio Líquido	1.932.871	1.834.694	103.973	88.992
Total Lucros (prejuízos) Líquidos	47.499	164.296	19.431	(12.997)

Nos procedimentos de combinação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores são compostos conforme Nota 5.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

k.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

k.3) Imobilizado de Uso e Diferido

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR nº 99, sendo, edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10%, conforme Nota 13.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme Nota 15.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o ativo diferido está representado por despesas pré-operacionais e gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

k.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

q) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

r) Resultado de Exercícios Futuros

Entenda-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

s) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21.c.

t) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

u) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada um das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2013 e 2012 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 19.c.

v) Informações Suplementares

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP nº 627/2013 que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins.

A MP nº 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e ao COFINS.

O Conglomerado aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/2013 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa
Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)

Total

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	23.753	1.344
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	572.334	954.645
Total	596.087	955.989

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/12/2013	31/12/2012
	Até 3	De 3 a	Acima de		
	Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	522.177	104.330	-	626.507	951.063
Posição Bancada	522.177	104.330	-	626.507	951.063
Letras do Tesouro Nacional - LTN	222.883	104.330	-	327.213	10.003
Notas do Tesouro Nacional - NTN	298.693	-	-	298.693	941.060
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	601	-	-	601	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.157	-	8.472	58.629	6.804
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	50.157	-	3.889	54.046	3.599
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	425	425	301
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	3.726	3.726	2.358
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	432	432	546
Total	572.334	104.331	8.471	685.136	957.867
Circulante				676.665	957.867
Longo Prazo				8.471	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários

Com observância a Circular n.º 3.068 e do Bacen, conforme decisão tomada pelo Comitê de Diretoria, por ocasião do fechamento de Balanço a carteira de ações da JBS foi reclassificada do ponto de vista contábil de Disponível para Venda para Livre Negociação, e na visão de risco, da carteira de não negociação para de negociação.

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva
a.1.1) Títulos para Negociação

			31/12/2013	31/12/2012
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação				
<u>Títulos Públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	649.227	(4.223)	645.004	501.105
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	895	2	897	62.577
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	77.174
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	14.668	89	14.757	13.495
Total Títulos Públicos	664.790	(4.132)	660.658	654.351
<u>Títulos Privados</u>				
Ações de Companhia Abertas ⁽¹⁾	65.875	39.166	105.041	-
Total Títulos Privados	65.875	39.166	105.041	-
Total	730.665	35.034	765.699	654.351

a.1.2) Títulos Disponível para Venda

			31/12/2013	31/12/2012
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponível para Venda				
<u>Títulos Públicos</u>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	100.796	(2.140)	98.656	-
Total Títulos Públicos	100.796	(2.140)	98.656	-
<u>Títulos Privado</u>				
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	-	-	-	164
Ações de Companhia Abertas ⁽³⁾	26.522	3.021	29.543	250.397
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽⁴⁾	3.374	-	3.374	3.210
Total Títulos Privados	29.896	3.021	32.917	253.771
Total	130.692	881	131.573	253.771

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

				<u>31/12/2013</u>
	Sem	De 3 a	Acima de	
	Vencimento	12 Meses	12 Meses	Total
Títulos para Negociação				
<u>Títulos Públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	529.428	115.576	645.004
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	897	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	287	14.470	14.757
Total Títulos Públicos	-	529.715	130.943	660.658
<u>Títulos Privado</u>				
Ações de Companhia Abertas	105.041	-	-	105.041
Total Títulos Privados	105.041	-	-	105.041
Total	105.041	529.715	130.943	765.699
Circulante				634.756
Longo Prazo				130.943

				<u>31/12/2013</u>
	Sem	Acima de		
	Vencimento	12 Meses		Total
Títulos Disponível para Venda				
<u>Títulos Públicos</u>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	98.656		98.656
Total Títulos Públicos	-	98.656		98.656
<u>Títulos Privado</u>				
Ações de Companhia Abertas	29.543	-		29.543
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	3.374		3.374
Total Títulos Privados	29.543	3.374		32.917
Total	29.543	102.030		131.573
Circulante				29.543
Longo Prazo				102.030

(1) Em dezembro de 2013 foi realizada a reclassificação das ações da JBS (JBSS3) de Disponível para Venda para Negociação, com observância a Circular nº 3.068 do Bacen, o impacto no resultado do período líquido dos impostos foi de R\$22.407. Essas ações são compostas por 11.977.329 - R\$65.875 (2012 - 38.399 - R\$230.398).

(2) Os FIDCs estão contabilizadas pelo valor da cota divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

(3) As ações de companhia aberta estão compostas por 3.330.699 - R\$26.522 (2012 - 3.447.999 - R\$19.999) ações da Vigor Alimentos S.A. (VIGR3). Tais ações encontram-se classificadas como Títulos disponíveis pra venda, havendo consequente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no Patrimônio Líquido, considerando os efeitos tributários.

(4) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 11,00% e 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.404	67.880	34.812
Rendas de Títulos de Renda Fixa	30.247	34.955	197.105
Rendas de Títulos de Renda Variável	39.167	72.881	37.573
Outros	-	165	-
Total	104.818	175.881	269.490

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities" assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo,

Carteira "Trading"			"Value at Risk" dez/13		dez/12
Fator de Risco	Risco de Variação em:		Média	Fechamento	Fechamento
Prefixado	Taxa de Juros prefixa	712	6	7.876	
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	671	2	21	
Milho	Preço do Milho CEPEA	102	0	0	
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	999	63	24	
Índice Ibovespa	Índice de Ações Ibovespa	28	0	0	
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	381	23.392	0	
Exposição com Correlação			2.800	23.358	7.872

Carteira "Banking"		Teste de Estresse dez/13		dez/12
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		25.284	32.685	15.429

(1) Referente ao fator de risco das ações da JBS, que foram reclassificadas para "Trading".

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	4.708	4.691	289.231	62	121	41.836
Commodities	22	22	4.496	35	34	2.120
Dólar	4.685	4.669	284.735	27	87	39.716
Passivo	(2.022)	(4.078)	(289.231)	(196)	(176)	(41.836)
Commodities	(40)	(39)	(4.496)	(5)	(6)	(39.716)
Dólar	(1.981)	(4.039)	(284.735)	(191)	(170)	(2.120)
Diferencial Líquido	2.686	613	-	(134)	(55)	-
Swap						
Posição Ativa	173	178	10.340	78	357	45.171
Commodities	-	-	-	3	7	529
Pré-Fixado	-	-	-	25	20	28.550
Dólar	-	-	-	-	-	1.173
CDI	11	-	5.130	-	30	7.236
IPCA ⁽¹⁾	162	178	5.210	50	300	7.683
Passivo	(17)	(190)	(10.340)	(17)	(20)	(45.171)
Commodities	-	-	-	(7)	(10)	(529)
Pré-Fixado	-	-	-	-	(3)	(28.550)
Dólar	-	-	-	(1)	(7)	(1.173)
CDI	(17)	(190)	(5.130)	(9)	-	(7.236)
IPCA	-	-	(5.210)	-	-	(7.683)
Diferencial Líquido	155	(12)	-	61	337	-
Opções						
Posição Ativa	(6)	(10)	886	-	-	-
BGI	(6)	(10)	886	-	-	-
Diferencial Líquido	(6)	(10)	886	-	-	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	31/12/2013			31/12/2012	
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial Total dos Contratos	Valor de mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	2.686	(2.073)	613	(55)	41.836
Contratos de "Swap" a Operações de Opções a Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	155	(167)	(12)	337	45.171
	(6)	(4)	(10)	-	-
	-	-	-	1.176.953	8.361.147
Total	2.835	(2.244)	592	282	8.448.154

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

			31/12/2013	31/12/2012
	Até 6 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	613	-	613	(55)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(46)	34	(12)	337
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	(10)	-	(10)	-
Total	557	34	591	282

			31/12/2013	31/12/2012
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	Total	Total
Futuros Referencial				
Commodities	-	-	868	95
DDI	48.924	-	72.244	124.449
DI	501.596	49.556	676.003	8.210.000
Dólar	427.838	-	427.838	26.603
Total	978.359	49.556	1.176.953	8.361.147

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$2.220 (2012 – R\$154), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$70.366 (2012 - R\$174.992) este representado por LTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

			2º Semestre		01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	
NDF	10.853	(7.154)	3.699	15.511	(12.650)	2.861	(40)
"Swap"	3.159	(812)	2.347	4.131	(1.463)	2.668	(762)
Opções	547	(291)	256	624	(797)	(173)	(14)
DI	6.233	(5.061)	1.172	17.495	(14.889)	2.606	237.044
DDI	9.738	(8.020)	1.718	15.890	(20.786)	(4.896)	637
BGI	241	(482)	(241)	5.147	(2.017)	3.130	395
Moedas	1.625	(38.938)	(37.313)	5.108	(40.256)	(35.148)	2.595
Índice	22	-	22	245	(706)	(461)	(6.509)
Milho	20	(98)	(78)	948	(1.730)	(782)	(201)
Dólar	-	(2.353)	(2.353)	-	(3.275)	(3.275)	(2.403)
Total	32.438	(63.209)	(30.771)	65.099	(98.569)	(33.470)	230.742

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e Títulos Descontados	804.566	782.919
Adiantamentos a Depositantes	-	3
Empréstimos	804.566	782.916
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	348.615	393.307
Capital de Giro	345.800	207.882
Conta Corrente Garantida	47.098	35.617
Empréstimo Consignado	61.280	142.460
Cheque Especial	41	32
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.021	1.430
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	711	2.188
Financiamentos	300.778	91.323
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	5.323	7.432
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	295.455	83.891
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	20.454	16.382
Financiamentos Imobiliários	7.881	12.374
Outros Créditos (Nota 10.c)	-	2.268
Devedores por Compra de Valores e Bens	-	52
Outros Créditos com característica de concessão de crédito	-	2.216
Sub-Total	1.133.679	905.266
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(68.999)	(60.278)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(2.221)
Total	1.064.680	842.767
Circulante	794.335	623.682
Longo Prazo	270.345	216.817

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

				31/12/2013	31/12/2012
	Parcelas a Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	10.466	48.170	2.749	61.385	56.871
Indústria	-	3.633	-	3.633	19.962
Comércio	1.664	431.740	178.207	611.611	143.705
Outros Serviços	4.933	66.243	21.810	92.986	142.454
Pessoas Físicas	28.784	274.050	61.217	364.051	542.274
Cartão de Crédito					
Crédito Imobiliário	126	857	6.898	7.881	-
Crédito Consignado	8.497	27.865	24.918	61.280	142.460
Outros ⁽¹⁾	20.161	245.328	29.401	294.890	399.814
Habitação	-	13	-	13	-
Total	45.847	823.849	263.983	1.133.679	905.266

(1) Em 2013 refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimo vinculados a CCB, CPR, Capital de Giro e Conta Corrente Garantida.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	31/12/2013		31/12/2012	
			Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	364.222	32%	5.821	8%	375.239	41%
50 Maiores Devedores Seguintes	489.900	43%	14.943	22%	248.940	27%
100 Maiores Devedores Seguintes	188.586	17%	20.136	29%	119.672	13%
Demais Devedores Seguintes	90.971	8%	28.099	41%	161.415	18%
Total	1.133.679	100%	68.999	100%	905.266	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição “Curso Normal” e “Curso Anormal” refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2013. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de “rating” e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	31/12/2013				Provisão Requerida
	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			
		Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	
A	0,5%	289.188	-	289.188	1.446
B	1%	449.025	4.940	453.965	4.540
C	3%	264.159	6.031	270.190	8.106
D	10%	30.953	6.802	37.755	3.776
E	30%	3.962	28.756	32.718	9.815
F	50%	8.945	4.973	13.918	6.959
G	70%	4.366	928	5.294	3.707
H	100%	2.410	28.241	30.651	30.650
Total		1.053.008	80.671	1.133.679	68.999

Nível de Risco	31/12/2012				Provisão Requerida
	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			
		Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	
A	0,5%	333.433	1.712	335.145	1.676
B	1%	243.981	11.918	255.899	2.559
C	3%	82.437	85.757	168.194	5.047
D	10%	63.641	13.176	76.817	7.681
E	30%	17.047	8.425	25.472	7.642
F	50%	690	7.929	8.619	4.310
G	70%	16	5.104	5.120	3.584
H	100%	2.520	27.480	30.000	30.000
Total		743.765	161.501	905.266	62.499

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	62.499	194.220
Constituições Líquida de Reversão	55.527	105.767
Baixa para Prejuízo	(49.027)	(237.488)
Saldo Final ⁽¹⁾	68.999	62.499
Circulante	(29.514)	(50.188)
Longo Prazo	(39.485)	(12.311)
Créditos Recuperados ⁽²⁾	82.111	27.592

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	<u>31/12/2013</u>	31/12/2012
Saldo Inicial	94	47.289
Constituições Líquida de Reversão	7	(47.195)
Saldo Final ⁽¹⁾	101	94

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

e.2) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	<u>31/12/2013</u>	31/12/2012
Saldo Inicial	15.128	-
Constituições Líquida de Reversão	(15.128)	15.128
Saldo Final ⁽¹⁾	-	15.128

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

No exercício de 2013 os créditos renegociados é de R\$64.684 relativo as operações vencidas e repactuadas, e 2012 não houve créditos renegociados. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

f) Cessão de Crédito
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

No exercício de 2013 o Conglomerado transferiu o montante de R\$151.999, referente a carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	<u>31/12/2013</u>
Total da Carteira Cedida	151.999
Valor da Venda	140.191
Lucro com Cessão de Créditos (Nota 9.g)	(9.752)
<u>Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo (Nota 9.g)</u>	<u>29.297</u>

(1) O resultado relativo aos créditos cedidos sem coobrigação em 2012 foi de R\$204.050, conforme Nota 9.g.

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2	12	79
Rendas de Empréstimos	71.064	148.317	136.765
Rendas de Financiamentos	23.498	39.152	14.519
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 9.e)	40.165	82.111	27.592
Resultado com Cessão de Créditos (Nota 9.f.1)	(8.753)	(9.752)	204.050
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(885)	(1.944)	(50.564)
Total	125.091	257.896	332.441

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Outros Créditos
a) Créditos Tributários

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos Fiscais Diferidos	194.704	302.748
Saldo Inicial	30.957	56.666
Constituições	(42.851)	(164.710)
Reversões	182.810	194.704
Saldo Final	9.894	125.169
Débitos Fiscais Diferidos	9.894	125.169
Saldo Inicial	63.480	42.410
Constituições	(55.600)	(157.684)
Reversões	17.774	9.894
Saldo Final		

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo Fiscal	256.251	257.531
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	64.063	64.383
Base Negativa de Contribuição Social	257.372	257.725
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	38.606	38.659
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	68.999	61.918
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	1.703
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	-	15.222
Provisão para Contingências Trabalhistas	22.348	3.606
Provisão para Contingências Cíveis	23.532	42.621
Provisão para Despesas Administrativas	29.040	19.981
Provisão PLR - Administradores	13.939	10.140
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488	15.488
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	8.308
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(76)	(387)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	1.631	-
Perdas em Operações de Crédito	31.395	51.056
Outras Diferenças Temporárias	2.580	4.870
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	194.936	224.387
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	208.875	234.527
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	48.734	56.097
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	31.331	35.179
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	1.631	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	8.308
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	1.631	8.308
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	76	387
Total do Ativo Fiscal Diferido	182.810	194.704
Circulante	41.693	51.184
Longo Prazo	141.117	143.520

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2013	31/12/2012
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	34.310	11.379
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	881	11.742
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(1.636)	(1.075)
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.346	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(295)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	39.605	22.046
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	9.901	5.511
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	5.941	3.307
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	34.310	11.379
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	881	11.742
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.346	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	41.537	23.121
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	1.931	1.075
Total do Passivo Fiscal Diferido	17.774	9.894
Circulante	17.774	9.894

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2013			31/12/2012		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2013	-	-	-	51.183	-	51.183
2014	41.693	17.774	23.919	18.106	9.894	8.212
2015	30.206	-	30.206	29.480	-	29.480
2016	19.238	-	19.238	76.772	-	76.772
2017	28.044	-	28.044	11.447	-	11.447
2018	46.489	-	46.489	7.715	-	7.715
Após 2019	17.140	-	17.140	-	-	-
Total	182.810	17.774	165.036	194.704	9.894	184.810

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários, líquido do passivo fiscal diferido é de R\$135.356 (2012 - R\$162.730), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP nº 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	9.776	44.895
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽¹⁾	1.399	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	3.450	2.818
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	3.882	1.887
Direitos Creditórios	-	2.216
Adiantamentos Salariais/Outros	562	464
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	-	52
Valor a Receber de Alienação de Investimento (Nota 31.a)	70.940	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	40.982	1.179
Outros	4.644	4.652
Total	135.635	59.562
Circulante	135.635	59.562

(1) O Conglomerado possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

11. Outros Valores e Bens

	31/12/2013	31/12/2012
Bens não de Uso - Imóveis	37.052	8.000
(Provisão para Desvalorização)	(15.488)	(15.488)
Despesas Antecipadas	3.488	1.877
Outros Valores e Bens	-	41.129
Total	25.052	35.518
Circulante	3.488	35.518
Longo Prazo	21.564	-

12. Participações em Coligadas e Controladas

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2013	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Controladas do Conglomerado						
Original Negócios Agropecuários Ltda ^{(1) (2) (3)}	21	1	21	21	1	(130)
Original Investimentos Imobiliários Ltda ^{(1) (4)}	100	-	100	20.098	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda (Forsix) ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	(80)
Matone Promotora Ltda (Promotora) ^{(8) (9)}	-	13.700	-	121.754	13.700	10.510
Bem-Vindo! Promotora de Vendas e	-	-	-	-	-	(3.393)
Coligadas do Conglomerado						
<u>Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda</u> ⁽⁷⁾	453	(1.315)	58	215	(372)	(519)

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

(2) Atual denominação da JBS Negócios Agropecuários Ltda;

(3) Em março de 2012 ocorreu aumento de capital no valor de R\$50, permanecendo o valor de cada cota de R\$1.

(4) Atual denominação da Pecos Administradora de Recursos Ltda, ocorrida em 21 de maio de 2012;

(5) Em junho de 2013 o capital social da empresa passou de R\$20.100 representado por 20.100.000 quotas no valor de R\$1,00 cada, para R\$100 com o cancelamento da emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio, até 31 de dezembro de 2013 ainda não entrou em operação está registrado na rubrica de "Outras obrigações" (Nota 17.b);

(6) Investimento alienado em 23 de abril de 2012 (Nota 31).

(7) Em 07 de novembro de 2012, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$350, aumentando a participação societária para 23,75%. Na AGE, datada de 20 de maio de 2013, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$100, sem alteração da participação societária, sediada na cidade de São Paulo-SP, que atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio.

(8) Em 2012 a diferença entre o patrimônio líquido e o saldo do investimento que o Conglomerado possui nesta empresa é de R\$487, refere-se ao deságio na aquisição de quotas ocorrida em julho/2011;

(9) Investimento alienado em dezembro de 2013 (Nota 31.a); e

(10) Em 29 de fevereiro de 2012, o Conglomerado concluiu a alienação (Nota 31.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2013	31/12/2012
			Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.213	(943)	3.270	865
Sistemas de Processamento de Dados	13.539	(8.763)	4.776	5.208
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.187	(514)	673	749
Outros	552	(466)	86	387
Total	19.491	(10.686)	8.805	7.209

14. Intangível

	Custo	31/12/2013	31/12/2012
		Líquido	Líquido
Folha de Pagamento	12.088	12.088	-
Gastos com Desenvolvimento e Manutenção	5.581	5.581	-
Gastos com Consultoria	2.411	2.411	-
Total	20.080	20.080	-

O Conglomerado está reconhecendo um intangível gerado internamente, referente ao projeto digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes.

15. Diferido

	Custo	Amortização	31/12/2013	31/12/2012
			Líquido	Líquido
Gastos de Organização e Expansão	8.382	(7.905)	477	2.028
Total	8.382	(7.905)	477	2.028

16. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses
a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013	31/12/2012
					Total	Total
Depósitos à Vista	18.863	-	-	-	18.863	10.565
Depósitos Interfinanceiros	-	36.643	-	-	36.643	36.458
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	60.664	93.579	259.704	413.947	567.892
Total	18.863	97.307	93.579	259.704	469.453	614.915
Circulante					209.749	307.260
Longo Prazo					259.704	307.655

(1) Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 115,5% do CDI (2012 - 98% e 130%); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,83% a.a. e 10,50% a.a. (2012 - 5,30% a.a. e 13,75% a.a.). Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 100% do CDI (2012 - 100%); e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 130% do CDI (2012 - 113% e 123%), ou 100% do IGPM + 9% a.a. (2012 - 100% + 9% a.a.) e entre 100% do IPCA (2012 - 100%)

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Depósitos Interfinanceiros	3.372	4.104	7.844
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	26.125	52.796	78.326
Captação no Mercado Aberto	2.329	1.899	16.946
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e Outros	11.733	21.529	29.679
Total	43.559	80.328	132.795

b) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2013		31/12/2012
	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	78.829	78.829	50.647
Títulos Públicos ⁽¹⁾	78.829	78.829	50.647
Carteira de Terceiros	-	-	11.002
Títulos Públicos	-	-	11.002
Total	78.829	78.829	61.649
Circulante		78.829	61.649

(1) Refere-se a LTN.

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2013	31/12/2012
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	102.706	115.285	16.258	234.249	207.729
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	102.706	115.285	16.258	234.249	207.729
Total	102.706	115.285	16.258	234.249	207.729
Circulante				217.991	197.999
Longo Prazo				16.258	9.730

O Conglomerado realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 50% e 104% do CDI (2012 - 50% e 110,5%) e (2012 IPCA -100%). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,05% a.a. e 12,11% (2012 - 6,10% a.a. e 13,30% a.a.).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	Até	De 3 a	Acima de		
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	8	1.750	-	1.758	6.131
Funcafé - Custeio	5.716	3.001	-	8.717	4.023
Funcafé - Estocagem	-	4.003	-	4.003	6.071
Funcafé - Capital de Giro	1.258	6.671	3.446	11.375	2.027
Total	6.982	15.425	3.446	25.853	18.252
Circulante				22.407	16.225
Longo Prazo				3.446	2.027

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	198	1.073
Impostos e Contribuições sobre Salários	4.069	2.143
Outros	6.557	14.771
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	1.142	27.276
Provisão para Contribuição Social	443	16.820
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.a.2)	17.774	9.894
Total	30.183	71.977
Circulante	30.183	71.977

b) Outras Obrigações - Diversas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo Garantidor de Crédito	-	165
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1.1)	22.348	3.606
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2.1)	26.033	42.621
Provisão para Outros Créditos (Nota 9.e.1)	101	15.222
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	48.345	35.578
Outras Despesas Administrativas	452	214
Outros Pagamentos	5.348	5.761
Consignados	1.973	2.383
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	11.080	9.359
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.167	2.772
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	14.741	30.628
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	150	32
Subscrições de Capital a Integralizar	100	20.098
Outras	3.838	1.518
Total	135.676	169.957
Circulante	82.812	149.009
Longo Prazo	52.864	20.948

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2013 e 2012.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Em 31 de dezembro de 2013, o Conglomerado possuía R\$22.348 (2012 - R\$3.606) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$3.450 (2012 - R\$2.818).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Trabalhistas</u>
Saldo Inicial	3.606	2.440
Constituição Líquida de Reversão	18.742	1.166
Saldo Final	22.348	3.606

Até novembro de 2013 a provisão para ações trabalhistas foi contabilizada com o valor das ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados.

A partir de dezembro de 2013 além da análise do prognóstico de perda dos advogados foi incorporada a análise de estimativa de perda histórica das ações trabalhistas. Em virtude do aprimoramento da metodologia de apuração, o efeito do ajuste foi reconhecido no resultado.

Do montante constituído a entidade executou um registro de provisão para obrigações decorrentes de uma descontinuidade no valor de R\$5.823. Em dezembro de 2013 o Conglomerado vendeu (alienou) a Promotora. A provisão de descontinuidade executada é necessária para cobrir eventuais contingências passivas que possam ocorrer na Promotora, assumida pelo Conglomerado no ato da alienação.

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Em 31 de dezembro de 2013, o Conglomerado possuía R\$26.033 (2012 - R\$42.621) de ações cíveis com saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$3.882 (2012 - R\$1.887).

b.2.1) Movimentação das Provisões para Processos Cíveis

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
	<u>Cíveis</u>	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	42.621	-
Constituição Líquida de Reversão	(16.588)	42.621
Saldo Final	26.033	42.621

Em 2012 a provisão era contabilizada a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio sob o montante total das causas cíveis informadas pelos advogados.

Em 2013 ocorreu uma mudança de estimativa com aprimoramento da metodologia, onde o Conglomerado passou a contabilizar provisão para as ações prováveis, conforme prognóstico dos advogados, o efeito do ajuste foi reconhecido no resultado.

Do montante constituído a entidade executou um registro de provisão para obrigações decorrentes de uma descontinuidade no valor de R\$3.200. Em dezembro de 2013 o Conglomerado vendeu (alienou) a Promotora. A provisão de descontinuidade executada é necessária para cobrir eventuais contingências passivas que possam ocorrer na Promotora, assumida pelo Conglomerado no ato da alienação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 2013 o Conglomerado possui o seguinte montante, e 2012 não possuía nenhum passivo contingente classificado como possível.

	01/01 a
	31/12/2013
Processos Trabalhistas	962
Processos Cíveis	33.813
Total	34.775

19. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social de R\$2.181.972 (2012 - R\$2.098.620) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	618.913.037	18.913.036	637.826.073	618.913.037	18.913.036	637.826.073
Total	618.913.037	18.913.036	637.826.073	618.913.037	18.913.036	637.826.073

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento de capital social da Conglomerado no valor de R\$12.559, mediante a capitalização do JCP e distribuição do lucro, passando a R\$2.181.972, sem a emissão de novas ações. Em fase de homologação pelo Bacen.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O registro do valor de mercado das ações de companhia aberta foi obtido através da utilização de preços divulgados pela BM&F Bovespa. Tais ações encontram-se classificadas como "Títulos disponíveis pra venda", havendo consequente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no "Patrimônio líquido", considerando os efeitos tributários, no valor de R\$1.728 (2012 - R\$6.718).

Em 2013, foi realizado a reclassificação das Ações da JBSS03 ON de "Disponível para venda" para "Livre negociação", conforme Art. 5º Párrafo 3º da Circular nº 3.068. As ações da Vigor (VIGR3) permanecem com a mesma classificação.

O valor do ajuste relativo aos títulos públicos representados por NTN é de (R\$1.224).

c) JCP e Dividendos
Banco Original do Agronegócio:

Em 31 de dezembro de 2013 conforme AGE, o Banco Original do Agronegócio S.A. provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$4.450, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, á alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$3.782 (2012 - R\$776 - líquido de imposto R\$660). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$3.744 (2012 - R\$653) foi pago a J&F e o montante líquido de R\$38 (2012 - R\$7) foi para o acionista, ambos os pagamentos foram efetuados até fevereiro de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$1.701 (2012 - R\$310).

Em 2012 foram pagos dividendos no montante de R\$2.547 e R\$25.012 no primeiro e segundo semestre, respectivamente, distribuídos em 2011.

Banco Original:

Em 31 de dezembro de 2013 conforme AGE, o Banco Original S.A. provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$26.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, á alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$22.100 (2012 - R\$95.050 - líquido de imposto R\$80.792). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$10.000 (2012 - R\$10.000) foi pago ao acionista, e o montante líquido de R\$12.100 (2012 - R\$70.793 - homologado pelo Bacen em 22 de abril de 2013) foi capitalizado na Companhia, cuja capitalização, está em fase de homologação pelo Bacen. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$10.267 (2012 - R\$38.020).

20. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Conglomerado Financeiro Original, encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio de Referência Nível I	2.035.360	1.922.900
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.035.360	1.922.900
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	2.731.814	483.233
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	1.994.580	193.479
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	167.806	224.849
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	569.428	64.905
Índice de Basileia III e II	74,5	43,8

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Conglomerado, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Conglomerado encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a.) Benefícios Pós-Emprego

O Conglomerado não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2013	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%
Total	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2012	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F)	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%
Total	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

As principais transações recorrentes e saldos são conforme segue:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	134.584	250.396	33.794	-
Vigor Alimentos S.A.	29.543	230.398	165	-
JBS S.A. (JBS)	105.041	19.998	33.784	-
Fundo Matone V	-	-	(155)	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	40.982	1.179	-	1.137
Promotora	39.999	334	-	302
J&F	983	835	-	835
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	10	-	-
Depósito a Vista	(410)	(2.445)	-	-
JBS	(14)	(332)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	-	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda	-	(49)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	(1)	(5)	-	-
Promotora	-	(22)	-	-
J&F	(79)	(9)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(13)	(2.028)	-	-
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	(6)	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A	(231)	-	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(1)	-	-	-
Outros ⁽¹⁾	(36)	-	-	-
Depósito a Prazo	(11.528)	(11.142)	(258)	(196)
Promotora	(11.476)	(6.480)	(257)	(196)
Original Negócios Agropecuários Ltda	(10)	(9)	-	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(1.639)	-	-
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	-	(3.014)	-	-
Henrique Meirelles e Associados Assessoria	(42)	-	(1)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(6.951)	(14.607)	-	(293)
Promotora	-	(14.607)	-	(293)
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(1.470)	(158)	(58)	(3)
Original Negócios Agropecuários Ltda	(4)	(1)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(1.943)	-	(1)	-
Outros ⁽¹⁾	(3.534)	(12.354)	(106)	(118)
JCP a Pagar	(30.449)	(95.050)	-	-
J&F (Nota 19.c)	(30.405)	(95.050)	-	-
Outros	(44)	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(150)	(32)	178	-
J&F	(150)	-	178	-
Promotora	-	(32)	-	-
Outras Obrigações - Diversas	(1.003)	(743)	-	(163)
J&F	(1.003)	(743)	-	(163)

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

22. Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2013	31/12/2012
Operações de Crédito	87	87	-
Cobrança e Arrecadações	325	987	6
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	1.652	1.941	1.296
Outras	188	406	163
Total	2.252	3.421	1.465

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Remuneração	33.663	56.825	30.770
Encargos	9.897	18.131	11.207
Benefícios	3.547	7.885	6.772
Honorários	-	-	332
Outras	26	90	172
Total	47.133	82.931	49.253

24. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	11.953	28.428	55.434
Depreciações e Amortizações	1.761	3.742	3.878
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	1.755	4.352	3.987
Comunicações	969	1.554	3.488
Processamento de Dados	4.104	7.635	10.857
Aluguéis	4.756	8.330	7.155
Transportes e Viagens	1.423	2.871	3.555
Serviços de Vigilância e Segurança	27	47	58
Manutenção e Conservação de Bens	271	589	766
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	5.152	9.746	151.940
Água, Energia e Gás	47	100	159
Material	81	178	389
Outras	2.682	6.826	17.158
Total	34.981	74.398	258.824

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

25. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesa com Cofins	5.453	11.000	27.807
Despesa com ISS	114	172	578
Despesa com PIS/Pasep	886	1.788	4.517
Outras	395	2.527	1.647
Total	6.848	15.487	34.549

26. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Atualização de Depósitos Judiciais	-	-	51
Atualização de Impostos a Compensar	108	302	183
Recuperação de Encargos e Despesas	3.460	3.460	971
Reversão de Provisões Operacionais			
Outras	323	7.267	36.056
Juros Recebidos	-	-	107
Outras	995	2.910	277
Total	4.886	13.939	37.645

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

27. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Provisões Operacionais			
Trabalhistas e Cíveis	(3.390)	2.154	43.787
Outras	1.356	1.356	-
Despesas com Operações de Crédito	3.467	5.703	41.321
Perdas em Renegociações de Dívidas	-	-	7.336
Patrocínio	134	135	900
Outras	84	492	104
Total	1.651	9.840	93.448

28. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado na Alienação de Investimentos	-	-	685
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	24	-
Ganho de Capital	487	487	391
Outras Receitas/(Despesas)	(18)	(77)	(634)
Total	469	434	442

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado	60.902	109.224
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(13.330)	(6.388)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	9.204	27.305
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	16.059	38.082
Base de cálculo - CSLL	56.776	130.141
Base de cálculo - IRPJ	63.631	140.918
CSLL - 15%	(8.517)	(19.521)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(15.779)	(34.361)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.296)	(53.882)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(126)	(131)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(24.421)	(53.751)

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.bancooriginal.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Conglomerado possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO).

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: "VaR (*Value at Risk*)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

O Conglomerado tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê de Diretoria.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

As variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Conglomerado para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio.

31. Reestruturação Societária

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades da entidade de acordo com o plano de negócios.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a. Venda da Promotora

Em 27 de dezembro de 2013, o Conglomerado celebrou a venda da Promotora, devido a descontinuidade de negócio de consignado. O referido fechamento da operação compreendeu na transferência efetiva, de 101.740.033 quotas nominativas, totalmente integralizadas, com valor unitário de R\$1,11 centavos, representando 99,998525% de participação. Os ativos e passivos da Promotora totalizavam R\$146.673 e R\$50.729, respectivamente.

O preço certo e ajustado das quotas, para fins de celebração do contrato definitivo de compra e venda da Sociedade, foi de R\$95.944. O pagamento do preço, se dará por um valor inicial de R\$25.000 (recebido em 30 de dezembro de 2013), e a diferença entre o preço de compra e a parcela já recebida, deverá ser paga no primeiro semestre de 2014, devidamente corrigida monetariamente pela taxa média diária do CDI, desde 31 de dezembro de 2013 até o efetivo pagamento.

Não houve ganho reconhecido nesta operação, o valor à receber se encontra registrado na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

b. Venda da Bem-Vindo

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conglomerado (Vendedor) vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) (Comprador) e a Matone Participações S.A. (Comprador), denominados (Compradores), a rede de lojas Bem Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta. Dessa forma, o Conglomerado deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados.

A operação foi homologada pelo Bacen.

32. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2013, os avais de fianças concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$68.320 (2012 - R\$22.522), que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários, e coobrigação em cessões de créditos em R\$1.400 (2012 - R\$2.841), pelas taxas das cessões.

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2013 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$18.804 (2012 - R\$174.406) referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$733 (2012 - R\$2.371). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Conglomerado, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.
